

## PARECER INDEPENDENTE sobre a primeira emissão de títulos verdes da EAB Energias<sup>1</sup> em 2022

<b>Valor da emissão:</b>	R\$ 100.000.000,00		
<b>Alinhamento com ODS:</b>			
<b>Alinhamento com categorias GBP:</b>	Energia Renovável		
GBP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos fortes	Pontos de melhoria
1. <b>Uso de recursos</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 100% dos recursos direcionados para CAPEX de 11 projetos de geração distribuída de energia solar;</li> <li>✓ 79,2% dos recursos alocado para gastos futuros e 17,8% alocado para reembolso de projetos que entraram em operação recentemente (primeiro trimestre de 2022);</li> <li>✓ Alocação integral dos recursos em até 18 meses após a emissão;</li> <li>✓ Oito projetos com previsão de entrada em operação em até 17 meses (entre outubro/2022 e setembro/2023);</li> <li>✓ Uso de recursos alinhado com <i>Green Bond Principles</i>, <i>Taxonomia EU</i> e <i>Climate Bonds Initiative</i>.</li> </ul>	-
2. <b>Processo de seleção e avaliação de projetos</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de controvérsias ASG relacionadas aos projetos elegíveis;</li> <li>✓ Estimativa de geração anual de 42.930 MWh de energia renovável;</li> <li>✓ Estimativa de 5.426 toneladas de CO<sub>2</sub>eq evitadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Ausência de políticas ASG;</li> <li>✗ Ausência de sistema de gestão ambiental para monitoramento dos projetos;</li> <li>✗ Ausência de plano de descomissionamento ou logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil.</li> </ul>
3. <b>Gestão de recursos</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Valor dos projetos elegíveis superior ao valor da emissão verde;</li> <li>✓ Os projetos elegíveis não foram objeto de outras emissões verdes ou rotuladas;</li> <li>✓ Recursos segregados em conta corrente das SPEs;</li> <li>✓ Alocação temporária dos recursos em instrumentos com baixo risco de contaminação;</li> <li>✓ Mecanismos de recompra compulsória por parte da SPE em caso de alteração no uso de recursos.</li> </ul>	-
4. <b>Relato</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Verificação externa em até 24 meses;</li> <li>✓ Relato anual dos indicadores ambientais e financeiros, a nível de projeto, disponível ao público em geral, a ocorrer até a maturidade da emissão ou até que os recursos sejam totalmente alocados;</li> <li>✓ Este Parecer será disponibilizado ao público em geral no website da EAB Energias.</li> </ul>	-

Gestão socioambiental dos ativos elegíveis <sup>2</sup>	Destaques dos ativos elegíveis
<p style="font-size: small;">Gestão socioambiental: 4, 3, 2, 1, 0</p> <p style="font-size: small;">Trabalhadores, Ambiental, Comunidades</p>	<p><b>Pontos fortes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Não foram identificados impactos em áreas de preservação permanente, sítios arqueológicos ou próximo de áreas de comunidades tradicionais;</li> <li>✓ Sem histórico de controvérsias envolvendo os projetos.</li> </ul> <p><b>Pontos de melhoria</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Ausência de sistema de gestão ambiental.</li> <li>✗ Ausência de plano de descomissionamento ou de logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil.</li> </ul>

<sup>1</sup> Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 11ª (Décima Primeira) Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização, lastreados em Créditos Imobiliários representados por Células de Crédito Imobiliário Integrais, cedidos pela Potenza Energias LTDA., controlada pela EAB – Energias Alternativas do Brasil Ltda.

<sup>2</sup> Em que 1 representa uma gestão socioambiental “Insuficiente” dos ativos elegíveis, 2 representa uma gestão “Satisfatória”, 3 representa uma gestão “Confortável” e 4 representa uma gestão “Superior”.

## Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment* – IRRI 2019 e a primeira organização brasileira a avaliar as credenciais de Títulos Verdes.

## Sumário

I. Escopo.....	3
II. Opinião .....	5
III. Performance socioambiental dos projetos.....	13
IV. Performance ASG da EAB Energias .....	20
Green Bond Principles Form.....	22
Anexo I - Método .....	27
Anexo II – Análise de sensibilidade socioambiental dos projetos.....	30

## I. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“Green Bond”) da 11ª (décima primeira) emissão, em série única, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização (“Emissora”), lastreados em Créditos Imobiliários representados por Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) Integrais, cedidos pela Sociedade de Propósito Específico Potenza Energias Ltda. (“Cedente”), controlada pela EAB - Energias Alternativas do Brasil Ltda. (“EAB Energias” ou “Controladora”).

Os recursos obtidos com a emissão, cujo volume total é de R\$ 100.000.000,00 com prazo de vencimento em junho de 2032, serão utilizados para financiamento de despesas e gastos futuros de onze usinas fotovoltaicas no Estado de Minas Gerais.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles (GBP)*<sup>3</sup>, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*<sup>4</sup>, a *Climate Bonds Taxonomy*<sup>5</sup> da *Climate Bonds Initiative* e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão com base na análise do termo de securitização dos CRI;
- Performance socioambiental do projeto de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da EAB Energias a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela EAB Energias, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado entre março e junho de 2022.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de assecuração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade

<sup>3</sup> <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-100621.pdf>

<sup>4</sup> [https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics\\_Ext\\_Content/IFC\\_External\\_Corporate\\_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards)

<sup>5</sup> <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

(ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A EAB Energias pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)<sup>6</sup>, a publicação “Não Perca esse Bond”<sup>7</sup> e os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essa classificação será confirmada em até 24 meses após a emissão, com base em um parecer de pós-emissão a ser realizado pela SITAWI.

---

<sup>6</sup> <https://info.sitawi.net/guiatitulosverdes2016>

<sup>7</sup> <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>

## II. Opinião


Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião, os CRI verdes da EAB – Energias e Empreendimentos Ltda., emitidos pela Virgo Companhia de Securitização, estão em conformidade, em todos os aspectos materiais, com os *Green Bond Principles* (GBP) e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento dos GBP, os quais são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados no Anexo I - Método.

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes do mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento do Título Verde aos quatro componentes dos GBP.

**Quadro 1. Descrição da análise dos GBP para o Título Verde**

GBP e classificação	Resumo das práticas e opinião SITAWI																																																
<p><b>Uso de recursos</b></p>  <p>Liderança</p>	<p><b>Descrição dos projetos e categorias financiadas:</b> Os recursos captados pela EAB Energias por meio da emissão de CRI serão destinados para reembolso e financiamento de despesas e gastos futuros relacionados ao CAPEX dos projetos de geração distribuída de energia solar que compreendem 11 usinas solares fotovoltaicas (UFV) a serem implantadas nos municípios de Riachinho, Brasilândia de Minas, São Romão e Porteirinha, no Estado de Minas Gerais.</p> <p>Na Tabela 1 detalha-se o <i>status</i> das 11 usinas da EAB Energias, três das quais entraram em operação no primeiro trimestre de 2022 e oito usinas se encontram em fase de implantação, cuja entrada em operação está prevista a ocorrer entre outubro de 2022 e setembro de 2023.</p> <p><i>Tabela 1. Status das usinas da EAB Energias.</i></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th data-bbox="438 1489 742 1601">Projeto</th> <th data-bbox="742 1489 885 1601">Data de início de obras</th> <th data-bbox="885 1489 1077 1601">Data de entrada em operação</th> <th data-bbox="1077 1489 1361 1601">Fase do projeto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>UFV Riachinho 1</td><td>jan/21</td><td>31/jan/22</td><td>Operação</td></tr> <tr><td>UFV Riachinho 2</td><td>jan/21</td><td>31/jan/22</td><td>Operação</td></tr> <tr><td>UFV Brasilândia 1</td><td>mar/21</td><td>31/mar/22</td><td>Operação</td></tr> <tr><td>UFV Brasilândia 2</td><td>jan/23</td><td>01/set/23</td><td>Implantação</td></tr> <tr><td>UFV Brasilândia 3</td><td>out/22</td><td>01/set/23</td><td>Implantação</td></tr> <tr><td>UFV Brasilândia 4</td><td>jun/22</td><td>01/set/23</td><td>Implantação</td></tr> <tr><td>UFV Brasilândia 5</td><td>jan/23</td><td>01/set/23</td><td>Implantação</td></tr> <tr><td>UFV São Romão 1</td><td>set/21</td><td>01/out/22</td><td>Implantação</td></tr> <tr><td>UFV São Romão 2</td><td>set/21</td><td>01/out/22</td><td>Implantação</td></tr> <tr><td>UFV São Romão 3</td><td>jan/22</td><td>01/out/22</td><td>Implantação</td></tr> <tr><td>UFV Porteirinha 1</td><td>jan/23</td><td>01/set/23</td><td>Implantação</td></tr> </tbody> </table> <p><i>Fonte: EAB Energias.</i></p>	Projeto	Data de início de obras	Data de entrada em operação	Fase do projeto	UFV Riachinho 1	jan/21	31/jan/22	Operação	UFV Riachinho 2	jan/21	31/jan/22	Operação	UFV Brasilândia 1	mar/21	31/mar/22	Operação	UFV Brasilândia 2	jan/23	01/set/23	Implantação	UFV Brasilândia 3	out/22	01/set/23	Implantação	UFV Brasilândia 4	jun/22	01/set/23	Implantação	UFV Brasilândia 5	jan/23	01/set/23	Implantação	UFV São Romão 1	set/21	01/out/22	Implantação	UFV São Romão 2	set/21	01/out/22	Implantação	UFV São Romão 3	jan/22	01/out/22	Implantação	UFV Porteirinha 1	jan/23	01/set/23	Implantação
Projeto	Data de início de obras	Data de entrada em operação	Fase do projeto																																														
UFV Riachinho 1	jan/21	31/jan/22	Operação																																														
UFV Riachinho 2	jan/21	31/jan/22	Operação																																														
UFV Brasilândia 1	mar/21	31/mar/22	Operação																																														
UFV Brasilândia 2	jan/23	01/set/23	Implantação																																														
UFV Brasilândia 3	out/22	01/set/23	Implantação																																														
UFV Brasilândia 4	jun/22	01/set/23	Implantação																																														
UFV Brasilândia 5	jan/23	01/set/23	Implantação																																														
UFV São Romão 1	set/21	01/out/22	Implantação																																														
UFV São Romão 2	set/21	01/out/22	Implantação																																														
UFV São Romão 3	jan/22	01/out/22	Implantação																																														
UFV Porteirinha 1	jan/23	01/set/23	Implantação																																														

O valor total da emissão dos CRI é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), cuja alocação total nos projetos está estimada a ocorrer em até 18 meses após a emissão. Como se observa na Tabela 2, os custos das três usinas em operação, que somam R\$ 20.747.840,00 financiados com *equity*, serão reembolsados com 20,2% do total dos recursos líquidos da emissão. Os gastos foram realizados desde dezembro de 2020 e foram verificados por meio de notas fiscais. Os custos das outras oito usinas em fase de implantação, que somam R\$ 82.218.700,00, receberão 79,8% do total dos recursos líquidos da emissão para cobrir seus gastos futuros.

*Tabela 2. Alocação dos recursos nos projetos.*

Projeto	Cap. instalada MW	CRI		Alocação do CRI por projeto	
		R\$	%	Reembolso	Financiamento
UFV Riachinho 1	1,0	3.827.200	5%	100%	-
UFV Riachinho 2	1,0	3.827.200	5%	100%	-
UFV Brasilândia 1	2,375	8.943.872	11%	100%	-
UFV Brasilândia 2	1,0	9.964.640	12%	-	100%
UFV Brasilândia 3	1,5	9.602.097	12%	-	100%
UFV Brasilândia 4	2,5	10.651.663	13%	-	100%
UFV Brasilândia 5	2,375	4.264.000	5%	-	100%
UFV São Romão 1	2,375	6.396.000	8%	-	100%
UFV São Romão 2	2,25	10.660.000	13%	-	100%
UFV São Romão 3	2,5	9.972.560	12%	-	100%
UFV Porteirinha 1	1,0	4.264.000	5%	-	100%
<b>TOTAL</b>	<b>19,875</b>	<b>82.373.232*</b>	<b>100%</b>	<b>20,2%</b>	<b>79,8%</b>

Fonte: EAB Energias.

(\*) Recursos líquidos da emissão


**Alinhamento do uso de recursos com standards de sustentabilidade:** O uso de recurso está alinhado com a categoria de energia renovável dos *Green Bond Principles*, com a *Climate Bond Taxonomy* e critérios de energia solar dos *Climate Bonds Standards*.

De acordo com a publicação “Não Perca Esse Bond”, o investimento em energia solar pode ser elegível a emissão de títulos verdes e está alinhado a um cenário de mudança climática de 1,5°C, uma vez que apresenta reduções superiores a 90% quando comparada com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis.

Do mesmo modo, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia<sup>8</sup> aponta o investimento em energia solar como contribuinte para a mitigação das mudanças climáticas.

O uso de recursos está destinado, especificamente, a projetos de geração distribuída (GD), que é a geração de energia elétrica realizada perto do seu consumidor final, a partir de usinas conectadas à rede de distribuição de energia e que não são nem despachadas nem planejadas centralmente. No Brasil, a GD é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), classificando-a em microgeração distribuída (até 75 kW) e

<sup>8</sup> [https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business\\_economy\\_euro/banking\\_and\\_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf)

	<p>minigeração distribuída (superior a 75 kW e inferior a 5 MW). Dentre estes benefícios frente aos sistemas de geração centralizada destacam-se os menores impactos locais por se tratarem de sistemas compactos voltados ao abastecimento local ou regional de energia elétrica, com menor demanda por área para a sua construção; também, a GD possibilita maior eficiência e menor impacto com o transporte de energia, minimizando perdas ativas e reativas nas linhas de transmissão e na distribuição, e garantindo maior estabilidade da rede por estar próxima a centros de consumo.</p> <p>Ainda, projetos de geração de energia renovável também estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”).</p> <p><b>A emissão é considerada alinhada ao componente Uso de Recursos (Green Bond Principle 1) em termos de alocação exclusiva e integral para o CAPEX dos projetos em até 18 meses após a emissão, período de <i>lookback</i> (de reembolso) inferior a 24 meses. Ressalta-se que parte dos recursos serão direcionados para três projetos que entraram em operação, recentemente, no primeiro trimestre de 2022. Portanto, a classificação do componente é de <u>Liderança</u>.</b></p>
<p><b>Processo de seleção e avaliação de projetos</b></p> 	<p><b>Alinhamento da emissão com estratégias da EAB Energias:</b> O objetivo da emissão é financiar projetos de geração distribuída (GD) de energia solar, que graças à conversão dos raios solares em energia elétrica, é uma fonte que não emite gases de efeito estufa (GEE) ou poluentes na atmosfera. Os projetos financiados ainda possuem potencial de ampliar a disponibilidade de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN).</p> <p>Parte do objeto social da EAB Energias é voltado para o investimento e participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detentoras de usinas solares fotovoltaicas que serão arrendadas para clientes (consórcios ou cooperativas) de geração compartilhada, uma modalidade de geração distribuída (GD).</p> <p>O benefício do consumo de energia de GD está no uso do excedente de energia gerada para abatimento do consumo na unidade, isto é, quando a quantidade de energia gerada em determinado mês for superior à energia consumida naquele período, o consumidor fica com créditos no Sistema de Compensação de Energia Elétrica que podem ser utilizados em até 60 meses para diminuir a fatura dos meses seguintes, sendo que tais créditos também podem ser usados para abater o consumo de outras unidades do mesmo titular e dentro da mesma área de concessão da distribuidora de energia, no caso a Cemig.</p> <p>O modelo de negócio da EAB Energias é focado na geração compartilhada, pouco disseminada no Brasil, que consta da reunião de consumidores por meio de consórcio ou cooperativa, podendo ser composta por pessoa física ou jurídica, que possua unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída em local diferente, mas ainda dentro da mesma área de concessão, de onde a energia excedente será compensada. O local onde será implantada a usina será considerada uma unidade consumidora, cujo titular será o consórcio ou cooperativa, podendo ter sua posse via contrato de aluguel (prazo mínimo de 12 meses) da usina com a SPE. Os consumidores, que têm cota no consórcio ou cooperativa, participam do rateio de custos de locação e passam a ter os benefícios dos créditos gerados, que representam uma redução na conta de energia.</p> <p>Com esse objetivo, a EAB Energias possibilita impactos socioambientais positivos, principalmente, pela diversificação da fonte na matriz elétrica brasileira e pela disponibilidade de modelos de negócio que permitem o acesso</p>

democrático e de baixo custo aos seus clientes, além de serem de baixo impacto ambiental, de postergarem a construção de novas grandes usinas de energia e de apresentarem um menor tempo de implantação.


**Processo de seleção e avaliação dos projetos:** Conforme informado pela empresa, a Diretoria de Projetos é responsável internamente pela avaliação, seleção e acompanhamento das credenciais verdes do projeto, mas o processo é realizado por profissionais autônomos terceirizados, contratados pela empresa, mediante projeto do engenheiro ambiental credenciado. Esses profissionais realizam todos os trâmites legais junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais (SEMAD-MG) e Instituto Estadual de Florestas (IEF), com o acompanhamento do sócio-diretor da EAB Energias. O processo considera os seguintes critérios:

- Incidência solar e dimensionamento do sistema de geração fotovoltaica: Por meio de software de simulação respectivo, que produz um relatório das estimativas de geração, perdas do sistema, irradiância local e redução de emissões de CO<sub>2</sub>;
- Fundiário: Avaliação de alimentadores e pontos possíveis de conexão à rede da distribuidora com análise de áreas próximas com topografia plana, de 10 hectares e de pouca vegetação, antropizada ou de pastagem;
- Obtenção do Parecer de Acesso: Por meio da solicitação de conexão junto à distribuidora local com a aprovação dos projetos para modalidade de minigeração distribuída e com a aprovação de conexão da subestação de acoplamento ao sistema elétrico de potência da concessionária.
- Ambiental: Por meio da solicitação de licença a junto à SEMAD-MG, obtém-se a Dispensa de Licença Ambiental. Também, é elaborado um plano de recomposição junto ao IEF quando da necessidade de supressão vegetal, mediante projeto do engenheiro ambiental que contempla a relação e inventário das espécies bem como da sua localização geodésica.


Quanto ao licenciamento ambiental dos 11 projetos elegíveis, estes contam com Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitidas pela SEMAD-MG, uma vez que a atividade foi entendida como inexigível quanto a licenciamento devido ao seu baixo impacto ambiental.

**Gestão socioambiental dos projetos:** A EAB Energias não possui um sistema de gestão ambiental ou políticas ou práticas ASG formalizadas, porém a empresa realiza o monitoramento de seus projetos, cujas obras de instalação são executadas por meio de contrato com terceiros (EPCistas), solicitando os documentos de conformidade com a legislação ambiental e trabalhista. No caso da gestão ambiental, quando necessário, é requerida a autorização de supressão vegetal acompanhado do plano de recomposição. Os Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) das EPCistas também são verificados pela empresa.

Quanto ao descomissionamento ou logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil, a EAB Energias não possui plano nem procedimento interno a respeito. A ausência de tal procedimento configura como uma lacuna na gestão socioambiental dos projetos, de acordo com os itens “*do no significant harm*” da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia para projetos de energia solar, que aponta os impactos da produção e da gestão dos sistemas fotovoltaicos em termos de destinação final das placas, que possuem uma vida útil longa (acima de 10 anos).

	<p><b>Benefícios ambientais esperados:</b> Os benefícios ambientais associados à operação das onze usinas incluem a geração total de energia renovável de 42.930 MWh por ano, que evitam a emissão de 5.426 tCO<sub>2</sub>eq/ano<sup>9</sup>.</p> <p>Destaca-se, ainda, que os ativos atendem ao critério setorial da CBI, uma vez que o projeto se enquadra na categoria de instalações de geração de eletricidade solar <i>onshore</i>, e atende ao mínimo de 85% de abastecimento através de energia solar.</p> <p><b>Foram identificadas lacunas na gestão dos projetos relacionadas à ausência de política ASG, de sistema de gestão ambiental formalizado e de um plano de descomissionamento ou logística reversa das placas solares após fim da vida útil. No entanto, a empresa tem ações de monitoramento de seus projetos em questões socioambientais. Portanto, a classificação do componente Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (Green Bond Principle 2) é Confortável.</b></p>
<p><b>Gestão de recursos</b></p> 	<p><b>Características da emissão:</b> O instrumento da emissão se trata de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) em série única com volume de R\$ 100 milhões e prazo de vencimento em 120 meses (junho de 2032). Os mesmos serão completamente alocados em até 18 meses após a emissão, prazo menor que o de vencimento da emissão verde.</p> <p>Esta emissão se caracteriza por ser <i>pari passu</i>, isto é, para cada projeto elegível será alocado igualmente o equivalente a 80% de seu custo e de acordo com o andamento das obras das usinas. Em outras palavras, os recursos líquidos da emissão (R\$ 82,4 milhões) representam 80% dos custos totais dos projetos (R\$ 103 milhões, aproximadamente); o 20% restante dos custos dos projetos, necessários para a conclusão dos empreendimentos, será financiado com <i>equity</i>. O fato do volume dos recursos da emissão ser inferior aos custos totais dos projetos mitiga os riscos de que os recursos captados sejam alocados em ativos não elegíveis ao título verde. Os custos da emissão, que incluem despesas <i>flat</i> e fundo de liquidez, representam 17,6% do volume total da emissão; e o volume total da emissão representa 97% dos custos totais dos projetos.</p> <p>Os CRI serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476.</p> <p>Destaca-se que os projetos não foram objeto de emissões anteriores que tenham obtido a classificação de Título Verde, Sustentável ou Climático.</p> <p><b>Procedimentos para gestão dos recursos:</b> Os recursos captados pela EAB Energias, via emissão dos CRI, serão alocados diretamente em uma Conta Centralizadora de titularidade da Securitizadora e atrelada ao Patrimônio Separado, na qual serão recebidos os Créditos Imobiliários e mantidos os recursos do Fundo de Despesas, Fundo de Liquidez e Fundo de Obras para fazer frente às despesas de construção, implantação, operação e/ou manutenção dos projetos. Os recursos irão sendo desembolsados para as SPEs desde os fundos com comprovação de gastos.</p> <p>Em referência aos pagamentos dos Créditos Imobiliários realizados pelas devedoras (consórcios ou cooperativas locatárias das usinas), via Agentes Administrativos, serão exclusivamente creditados a partir das Contas Vinculadas Devedoras na Conta Centralizadora.</p>

<sup>9</sup> As emissões evitadas de GEE são estimadas multiplicando-se o Fator Médio Anual de emissão de GEE da rede elétrica brasileira (em tCO<sub>2</sub>/ MWh) pela geração bruta anual de energia. Para o presente cálculo foi utilizado o Fator Médio Anual de emissão de GEE correspondente ao ano 2021, fornecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e está disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/clima/paginas/fator-medio-inventarios-corporativos>

	<p>O termo de securitização dos CRI inclui cláusulas de recompra compulsória por parte da SPE Potenza Energias (Cedente), também em representação das outras três SPEs (“Conexão GD”, “Borges &amp; Soares” e “Mais Solar”), à Emissora em caso de alteração do uso dos recursos. Especificamente, no documento da operação está previsto como evento de recompra compulsória deliberada da totalidade dos créditos imobiliários à Securitizadora por parte da Cedente se houver alteração do seu objeto social que represente desvios em relação às atividades desenvolvidas; se ocorrer a interrupção das atividades das usinas solares por um período superior a 10 dias úteis por revogação, suspensão ou extinção das renovações das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais; se não forem realizadas completamente as obras para a elaboração de uma ou mais usinas solares do Lote 1 (3 usinas em operação) e no Lote 2 (usinas em fase de implantação) em até 8 e 18 meses, respectivamente, após a primeira liberação do recurso do Fundo de Obras. Entre os eventos de recompra compulsória automática, o termo de securitização estipula o não <i>completion</i> físico, sob condições técnicas, do Lote 1 e Lote 2 em até 8 e 18 meses, respectivamente, após o primeiro desembolso do Fundo de Obras.</p> <p>Como condição para que os CRI sejam caracterizados como título verdes, o termo de securitização estipula que a Cedente deverá destinar os recursos exclusivamente ao fomento da atividade de geração de energia solar, também, deve declarar que mantém regularizadas as autorizações e licenças pertinentes, que cumpre com a legislação socioambiental, que adota medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente, assim como que uma vez recebidos os recursos estes serão utilizados para o financiamento dos projetos em consonância com se objeto social.</p> <p>No Contrato de Cessão, a EAB Energias, por meio da sua controlada Potenza Energias, se compromete a cumprir com a legislação socioambiental, que inclui questões de saúde e segurança ocupacional, medicina do trabalho, meio ambiente, não utilização de mão de obra infantil e/ou trabalho em condição análoga à escravidão, não incentivo à prostituição e proteção dos direitos dos silvícolas, em especial ao direito sobre as áreas de ocupação indígena; assim como a cumprir com a legislação anticorrupção.</p> <p><b>Recursos temporariamente não alocados no projeto:</b> Enquanto os recursos da emissão não forem utilizados nos projetos e de acordo com o termo de securitização, os recursos poderão ficar temporariamente alocados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) remunerados a 100% do CDI com liquidez diária emitidos por bancos de primeira linha. Tais instrumentos financeiros representam baixo risco de contaminação dos recursos.</p> <p><b>Em termos de risco de contaminação dos recursos por ativos carbono-intensivos, o termo de securitização possui cláusulas de recompra compulsória por parte da Cedente (SPE) caso os recursos não sejam alocados como previsto, o valor total da emissão é inferior ao custo total dos projetos, os recursos serão mantidos em conta separada para os projetos, e serão alocados temporariamente em instrumentos de baixo risco de contaminação. Portanto, o item Gestão de Recursos (Green Bond Principle 3) é classificado como Liderança.</b></p>
<p><b>Relato</b></p> 	<p>A EAB Energias se compromete a reportar anualmente e com granularidade a nível de projeto as informações acerca da alocação de recursos e dos benefícios ambientais dos projetos até a maturidade da emissão. Tais informações serão divulgadas no relatório anual que será disponibilizado no website da empresa para os investidores e público em geral. Destaca-se que a empresa se compromete a disponibilizar também este Parecer de Segunda Opinião para os investidores e público em geral.</p>


<p>Os indicadores a serem relatados são:</p> <p>Indicadores Financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Volume de recursos alocados por projeto (em R\$ e %);</li><li>b) Recursos alocados temporariamente em outros instrumentos que não os projetos (em R\$).</li></ul> <p>Indicadores Ambientais:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) Capacidade instalada total (MW);</li><li>b) Quantidade de energia gerada (MWh/ano);</li><li>c) Emissões de carbono evitadas em relação à energia gerada (tCO<sub>2</sub>eq/ano).</li></ul> <p>Os compromissos descritos neste Parecer serão objeto de verificação externa em até 24 meses após a emissão, realizada pela SITAWI.</p> <p><b>A presente emissão está alinhada com o componente Relato (<i>Green Bond Principle 4</i>) em termos de periodicidade, verificação externa, divulgação e granularidade de informações financeiras e de impacto, e de publicidade deste Parecer. Portanto, sua classificação é de <u>Liderança</u>.</b></p>
---

### Equipe técnica responsável



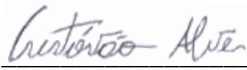
---

**Natalia Lajo**  
Analista Sênior  
[natalia.lajo@nintgroup.com](mailto:natalia.lajo@nintgroup.com)



---

**Isabela Coutinho**  
Coordenadora ASG  
[isabela.coutinho@nintgroup.com](mailto:isabela.coutinho@nintgroup.com)



---

**Cristóvão Alves**  
Avaliador Líder  
[crisovao.alves@nintgroup.com](mailto:crisovao.alves@nintgroup.com)

Rio de Janeiro, 02/06/2022.

## **Declaração de Responsabilidade**

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Emissora, da EAB Energias ou de suas subsidiárias. A SITAWI declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) Verdes da EAB Energias.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela EAB Energias. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI<sup>10</sup> não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

## **ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO**

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

---

<sup>10</sup> A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem.

### III. Performance socioambiental dos projetos

Esta seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos empreendimentos, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos de contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente e para a transição para uma economia de baixo carbono. Complementar a isso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

#### Implantação de onze Usinas Fotovoltaicas da EAB Energias

Os projetos objeto da emissão são administrados por Sociedades de Propósito Específico (Tabela 3) que são controladas pela EAB Energias. Os projetos consistem na implantação de onze usinas solares fotovoltaicas (UFVs) para geração distribuída, na modalidade de geração compartilhada, localizadas nos municípios de Riachinho, Brasilândia de Minas, São Romão e Porteirinha, no Estado de Minas Gerais.

Em conjunto, as onze UFVs representam uma capacidade instalada de 19,9 MW e gerarão 42.930 MWh/ano de energia.

Tabela 3. Usinas solares fotovoltaicas da EAB Energias

SPE	Projeto/Usina	Área (ha)	Capacidade instalada (MW)	Geração de energia (MWh/ano)
Potenza Energias Ltda.	UFV Riachinho 1	5	1,0	2.160
Potenza Energias Ltda.	UFV Riachinho 2	5	1,0	2.160
Potenza Energias Ltda.	UFV Brasilândia 1	10	2,375	5.130
Potenza Energias Ltda.	UFV Brasilândia 2	5	1,0	2.160
Conexão GD Serviço de Desenho Técnico Ltda.	UFV Brasilândia 3	5	1,5	3.240
Potenza Energias Ltda.	UFV Brasilândia 4	10	2,5	5.400
Potenza Energias Ltda.	UFV Brasilândia 5	10	2,375	5.130
Borges e Soares Geração de Energia Solar Ltda.	UFV São Romão 1	10	2,375	5.130
Conexão GD Serviço de Desenho Técnico Ltda.	UFV São Romão 2	10	2,25	4.860
Potenza Energias Ltda.	UFV São Romão 3	10	2,5	5.400
Mais Solar Serviço de Desenho Técnico Ltda.	UFV Porteirinha 1	3	1,0	2.160
<b>Total</b>			<b>19,875</b>	<b>42.930</b>

Fonte: EAB Energias.

Na Figura 1 é apresentado o mapa de localização das onze usinas solares fotovoltaicas da EAB Energias.

Figura 1. Localização das usinas da EAB Energias.



Fonte: EAB Energias. Elaboração: SITAWI.

## Análise Socioambiental do Projeto

A avaliação da performance socioambiental associada a implementação das UFVs foi realizada considerando a atual fase dos projetos e tendo como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC - *International Finance Corporation*<sup>11</sup>. De forma a fundamentar a avaliação dos PDs, foram verificadas – com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) – eventuais interferências do projeto com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação<sup>12</sup>, áreas quilombolas<sup>13</sup>, assentamentos do INCRA<sup>14</sup>, territórios indígenas<sup>15</sup>, sítios arqueológicos<sup>16</sup>, entre outros).

A performance socioambiental do projeto apresentou os seguintes resultados:

- Desempenho avaliado como **Satisfatório** nas dimensões Gestão Socioambiental, Ambiental e Trabalhadores, e como **Confortável** na dimensão Comunidades. Ressalta-se que três UFVs estão em fase de operação e oito UFVs estão em fase de implantação.
- Não foram encontradas controvérsias relacionadas aos projetos.

<sup>11</sup> [https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics\\_Ext\\_Content/IFC\\_External\\_Corporate\\_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards)

<sup>12</sup> <http://mapas.mma.gov.br>

<sup>13</sup> <http://certificacao.incra.gov.br>

<sup>14</sup> <http://certificacao.incra.gov.br>

<sup>15</sup> <http://www.funai.gov.br>

<sup>16</sup> <http://portal.iphan.gov.br>

Mais detalhes sobre a performance ambiental dos projetos elegíveis encontram-se no Quadro 2.

**Quadro 2. Análise da performance socioambiental dos projetos**

**Gestão socioambiental**

●●○○ Satisfatório

• **Licenças e autorizações ambientais:**

Os onze empreendimentos possuem atividade não passível de licenciamento ambiental, conforme a Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitida para cada empreendimento, entre 29 de julho de 2020 e 19 de abril de 2022, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) do governo do Estado de Minas Gerais. No âmbito da Deliberação Normativa nº 217/2017, por meio do código E-02-06-2, a atividade UFV possui parâmetro de potência nominal do inversor inferior ao mínimo exigido (5 MW), portanto, não necessita submeter-se à regularização por meio do instrumento de licenciamento ambiental.

Quanto a outras permissões, a empresa informa que não se aplica alvarás da prefeitura por se tratarem de obras rurais. Em contrapartida, a EAB Energias apresentou os contratos de conexão da Cedente e das outras três SPEs com a distribuidora local, CEMIG, sendo eles: Contrato de Compra de Energia Regulada (CCER), Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Parecer de Acesso com Obras (com exceção da SPE Borges e Soares), Termo de Acordo de Obras (com exceção da SPE Mais Solar).

• **CAR**

Na Tabela 4 é apresentado o estado de cada Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos nove imóveis rurais nos que se localizam as onze usinas solares fotovoltaicas da EAB Energias.

*Tabela 4. CAR dos imóveis em que se localizam as usinas*

Projeto / Usina	Registro no CAR	Data de cadastro	CAR Ativo?	Área declarada (ha)	Módulos fiscais (#)	RL declarada (%)	Dispensa de mín. 20% RL
UFV Riachinho 1	MG-3154457-BAE1DF0C854F4E29B4	30/01/2021	Sim	179,08	2,56	-	Sim
UFV Riachinho 2	5C609FBBC8A5AA						
UFV Brasilândia 1	MG-3108552-080BF3129F0C41BDA5E886C50A45E1BB	11/03/2016	Sim	14,40	0,22	18%	Sim
UFV Brasilândia 2	MG-3108552-3D954336D1B842119C	11/03/2016	Sim	19,01	0,29	-	Sim
UFV Brasilândia 3	D275FC458D6503						
UFV Brasilândia 4	MG-3108552-2310762E6BBE4B43AC65804259D70AA2	03/02/2021	Sim	15,93	0,25	-	Sim
UFV Brasilândia 5	MG-3108552-02AE77B55ACA4CB7B4234C23C5A280DF	02/04/2015	Sim	90,57	1,39	12%	Sim
UFV São Romão 1	MG-3164209-835B3478CB7D4F7B8FD189B50787F3C1	11/10/2021	Sim	10,00	0,14	-	Sim
UFV São Romão 2	MG-3164209-3C79FB1378624CF28FBBA2FBF0870AA3	11/10/2021	Sim	10,00	0,14	-	Sim

UFV São Romão 3	MG-3164209-1A3001CEA5A34723A1 323B01A5FBFB59	07/05/2015	Sim	526,21	7,52	24%	Não
UFV Porteirinha 1	MG-3152204-4FB6733A150542609D9 E7EB14E10BF3F	04/03/2020	Sim	2,99	0,05	-	Sim

Fonte: Sicar.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais no Brasil. Criado pela Lei nº 12.651/2012<sup>17</sup>, sua finalidade é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs), de uso restrito, de Reserva Legal (RL), de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, a fim de manter uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

As informações na Tabela 4 foram encontradas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que apresentam o estado do CAR dos imóveis rurais onde serão implantadas as usinas solares fotovoltaicas.

De acordo com a Lei 12.651/2012, todo imóvel rural com mais de 4 módulos fiscais em sua área deve manter um mínimo de 20% da área total com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal (RL); caso contrário, o imóvel é isento de cumprir tal exigência. No caso dos projetos elegíveis, oito dos nove imóveis, pelo número de módulos fiscais na sua área, dispensam de manter (via recuperação florestal) a RL exigida, apenas um imóvel possui mais de 4 módulos fiscais e cumpre com a RL exigida.

- **Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:**

A EAB Energias não possui sistema de gestão ambiental formal, porém o monitoramento se seus empreendimentos está sob a gestão da Diretoria de Projetos, e consta de ações de acompanhamento do cumprimento dos requisitos ambientais e trabalhistas conforme a legislação, incluindo o monitoramento das obras de instalação das usinas executadas por terceiros. Mais informações a respeito estão apresentadas na seção [Opinião](#).

**Ambiental**

●●○○ **Satisfatório**

- **Interferência em áreas legalmente protegidas:**

De forma a fundamentar a avaliação dos PDs foram verificadas – com uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) – eventuais interferências do projeto com áreas de sensibilidade socioambiental (como unidades de conservação, áreas quilombolas, assentamentos do INCRA, territórios indígenas, sítios arqueológicos, entre outros).

Os resultados da análise realizada apontam que nenhum dos projetos interfere com áreas de sensibilidade socioambiental. Para maior detalhe da análise por projeto ver o [Anexo II](#).

- **Interferência na biodiversidade local:**

Para a UFV Brasilândia 1, a Potenza Energias conta com o Projeto Técnico de Reconstituição de Flora (PTRF) de 2020, em atendimento à resolução CONAMA 369/2006, sobre a supressão de árvores isoladas nativas vivas protegidas por lei, no

<sup>17</sup> [LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.](#)

caso se trata de pequizeiros e ipês amarelos. Complementar ao PTRF, está o Plano Simplificado de Utilização Pretendida, no qual se apresenta o inventário de árvores isoladas nativas vivas com o objetivo de analisar os impactos ambientais prováveis (flora, fauna e alterações do regime hídrico local), propostas mitigadoras e medidas compensatórias, relativas à exploração de área de 10 hectares para uso alternativo do solo para implantação da usina solar. Dentre as medidas compensatórias, se tem: o plantio de mudas que totalizam a reposição viva de 80 árvores conforme especificado no PTRF; o recolhimento da taxa referente ao valor de reposição florestal e taxa florestal.

A UFV Brasilândia 1, operado desde março de 2022, detém o Documento de Autorização para Intervenção Ambiental (DAIA) nº 0042454-D com a correspondente Autorização de Exploração – Corte de Árvore Isolada, emitidos pelo URFBio Noroeste – Núcleo de Regularização e Controle Ambiental do Instituto Estadual de Florestas (IEF), na data 16 de outubro de 2020 com validade de três anos, que permite o corte/aproveitamento de 311 árvores isoladas em meio rural, em uma área de 10 hectares para implantação da usina solar. A condicionante da autorização envolve a compensação pela supressão de 9 pesquizeiros e 7 ipês amarelos, com o plantio de 80 exemplares na proporção de 5:1, com cronograma executivo e monitoramento pelo prazo mínimo de 5 anos, contando a partir da data da emissão do DAIA, tendo a empresa que apresentar anualmente no órgão ambiental o relatório de implantação e monitoramento, isto é, o envio do primeiro relatório teria ocorrido em outubro de 2021, mas não foi possível verificar este documento.

As UFV Riachinho 1 e Riachinho 2, ambas localizadas na Fazenda Logradouro e operando desde janeiro de 2022, detém o DAIA nº 0042623-D com a correspondente Autorização de Exploração – Corte de Árvore Isolada, emitidos pelo URFBio Noroeste na data 04 de novembro de 2020 com validade de três anos, que permite o corte/aproveitamento de 39 árvores isoladas nativas vivas em meio rural, em uma área de 10 hectares para implantação das usinas solares. As duas condicionantes da autorização envolvem a compensação pela supressão de 19 pesquizeiros e 1 ipê amarelo com prazo conforme o cronograma do PTRF para ambas usinas, o qual não foi possível verificar, e a apresentação de relatório técnico e fotográfico de cumprimento da referida compensação em um prazo de 30 dias após cumprimento do cronograma do PTRF.

- **Resíduos sólidos:**

Como informado pela empresa, não há uma política formalizada sobre a gestão de resíduos sólidos, porém é realizada a segregação dos resíduos para doação ou disponibilização dos materiais para coleta da empresa. Os resíduos constam de embalagem de papelão, pallets de madeira, fita plástica para arquear e agregados de material de construção.

No Plano Simplificado de Utilização Pretendida para a UFV Brasilândia 1, é proposto como uma das medidas mitigadoras a logística reversa para a destinação adequada dos resíduos ao final do ciclo dos painéis solares, mas não há um plano formal a respeito. Também é proposto, no mesmo documento, a disponibilização de lixeiras diferenciadas segundo a composição do resíduo, visando a coleta diária e posterior destinação à usina de triagem e compostagem na sede do município ou outra empresa licenciada.

- **Recursos hídricos e efluentes:**

Pelas características dos projetos, é previsto que não irão gerar aportes significativos de efluentes líquidos. O Plano Simplificado de Utilização Pretendida para a UFV

Brasilândia 1 determina que a destinação de esgotos domésticos na área do empreendimento serão trabalhados para a adoção de fossas ecologicamente corretas, assim como a coleta regular de dejetos das criações para evitar carreamento e formação de efluentes líquidos.

- **Emissões atmosféricas e gases do efeito estufa (GEE):**

Pelo pouco tempo de criação da EAB Energias, sendo a UFV Riachinho 1, UFV Riachinho 2 e UFV Brasilândia 1 os três primeiros projetos postos em operação da empresa, esta não possui Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) nem realizou o controle e cálculo anual de emissão de GEE para implementação e operacionalização das UFVs. Cabe ressaltar que não há, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, demanda quanto ao monitoramento das emissões de GEE.

No entanto, como apresentado na Tabela 5, é possível calcular o potencial de redução de emissões de carbono evitadas em relação à eletricidade gerada (tCO<sub>2</sub>eq/ano) de cada empreendimento com a aplicação do Fator Médio Anual e emissões de GEE, fornecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

Tabela 5. Emissões evitadas de GEE das usinas

Projeto/Usina	Geração de energia (MWh/ano)	Emissões evitadas (tCO <sub>2</sub> e/ano)
UFV Riachinho 1	2.160	273
UFV Riachinho 2	2.160	273
UFV Brasilândia 1	5.130	648
UFV Brasilândia 2	2.160	273
UFV Brasilândia 3	3.240	410
UFV Brasilândia 4	5.400	683
UFV Brasilândia 5	5.130	648
UFV São Romão 1	5.130	648
UFV São Romão 2	4.860	614
UFV São Romão 3	5.400	683
UFV Porteirinha 1	2.160	273
<b>Total</b>	<b>42.930</b>	<b>5.426</b>

Elaboração: SITAWI.

## Comunidades



- **Saúde e segurança da comunidade:**

As fazendas solares não estão próximas a comunidades, portanto não representam riscos à vizinhança.

- **Impacto em comunidades tradicionais:**

Pela análise de sensibilidade socioambiental realizada, concluiu-se que nenhum dos empreendimentos interfere em territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas, ou assentamentos do INCRA.

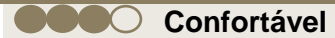
- **Reassentamento involuntário:**

Não há evidência de realização de reassentamento involuntário associado aos empreendimentos.

- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais:**

Pela análise de sensibilidade socioambiental realizada, se conclui que nenhum dos empreendimentos interfere em sítios arqueológicos e culturais.

---

**Trabalhadores**

- **Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores:**

A empresa disponibilizou as certidões negativas de débitos trabalhistas das quatro SPEs, assim como a própria, todas datadas em março de 2022 e com validade de 6 meses.

Verificou-se que as quatro SPEs da EAB Energias não figuram no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo).

- **Proteção da mão-de-obra:**

A empresa forneceu seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), exigido pela Norma Regulamentadora NR-07, o qual tem validade até 25 de agosto de 2022 e nele se constatam os riscos por tipo de função dos trabalhadores (auxiliar e instalador de sistema fotovoltaico, motorista, pedreiro e servente), assim como os exames médicos aos quais devem se submeter os trabalhadores no respectivo período; também fica estabelecido o médico coordenador e examinador do PCMSO.

A EAB Energias possui Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) com validade até 25 de julho de 2022. No programa está estabelecido que a empresa não está obrigada a constituir CIPA conforme NR-05, e tem um representante legal designado. A estratégia e metodologia de ação são aplicadas na antecipação, reconhecimento, avaliação e medidas de controle dos riscos ambientais (físicos, químicos e biológicos) aos que ficam expostos os trabalhadores e a quem são fornecidos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pertinentes; tais ações respondem a um cronograma anual.

## IV. Performance ASG da EAB Energias

Esta seção tem como objetivo avaliar o desempenho da empresa com base nas políticas de escopo social, de segurança e saúde do trabalho e de fornecedores, diretrizes ambientais e políticas e códigos de conduta, ética, corrupção e de governança, em geral. Dessa maneira, é possível confirmar o alinhamento da empresa com práticas ASG que lhe permitam tomar medidas de gerenciamento de riscos e oportunidades com vista ao alcance da sustentabilidade a longo prazo. Para a análise de controvérsias, recorreu-se à pesquisa em fontes jornalísticas.

A EAB Energias foi constituída em fevereiro de 2020 como uma sociedade empresária limitada, e pelo seu pouco tempo no mercado a empresa ainda está em processo de implementação de políticas relacionadas a questões ambientais, sociais e de governança; portanto, a presente análise não contou com a informação nem dados suficientes para serem avaliados.

O objeto social da EAB Energias é a gestão e participação em sociedade, administração de consórcio para fins de compartilhamento de energia elétrica, serviços de engenharia, fabricação de geradores, fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações térmicas, instalação e máquinas e equipamentos industriais, instalação e manutenção elétrica, instalação de outros equipamentos, aluguel de máquinas e equipamentos em geral, medição de consumo de energia elétrica, gás e água, manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, comércio atacadista de máquinas e equipamentos e comércio varejista de material elétrico, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários, representações comerciais e agentes do comércio de mercadoria não especializado.

A empresa, que está sediada em Montes Claros no Estado de Minas Gerais, tem por objetivo fornecer soluções alternativas de energia por meio de fontes limpas e renováveis, a fim de proporcionar liberdade de mercado, desenvolvimento sustentável e redução de custos para empresas. Opera com modelo de fazenda solar, isto é, atua no mercado de geração distribuída (GD) de energia solar, na modalidade de geração compartilhada, oferecendo planos de assinatura mensal de contratação de serviço de energia solar para consumidores pertencentes ao grupo B3 de baixa tensão. A empresa possui atuação apenas no estado de Minas Gerais, nas áreas onde a CEMIG é a distribuidora de energia local.

A energia solar por assinatura, oferecida pela empresa, funciona através da contratação de cotas de energia produzida através de painéis fotovoltaicos, que serão convertidas em créditos na distribuidora local, CEMIG, e esses créditos são transformados em redução do valor da fatura de energia. O sistema fornecido pela EAB Energias não requer quaisquer tipos de obras de instalação de placas solares, visto que a energia por assinatura funciona através da geração de energia nas usinas solares da própria empresa.

A EAB Energias possui, atualmente, três usinas solares fotovoltaicas operativas, a UFV Riachinho 1, UFV Riachinho 2 e UFV Brasilândia de Minas 1, as duas primeiras entraram em operação em janeiro de 2022 e a terceira está operando desde março de 2022. A empresa estima que as três usinas são capazes de atender em média 600 empresas. O portfólio de projetos também inclui mais 19 usinas nas regiões Noroeste e Norte de Minas Gerais, nos municípios de Riachinho, Brasilândia, São Romão, Uruçuia, Montalvânia e Porteirinha que contará com um investimento de R\$ 180 milhões e

estimando uma geração de energia mensal capaz de atender mais de 6.000 empresas, gerando economia acima de R\$ 13 milhões ao ano no gasto com a energia elétrica.

- **Ambiental**

A empresa tem como foco o investimento em fazendas solares gerando impactos ambientais positivos principalmente pela diversificação das fontes na matriz elétrica brasileira, ao passo que contribui na redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Porém, a EAB Energias não tem uma política ambiental formalizada.

- **Social**

A EAB Energias não tem uma política social formalizada. Foi verificado que a EAB Energia não figura no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo<sup>18</sup>). O referido Cadastro é disponibilizado e divulgado pelo Ministério da Economia.

- **Governança**

A EAB Energias é uma sociedade empresária limitada conformada por quatro sócios/administradores, cuja responsabilidade é restrita ao valor de sua participação no capital social (Tabela 6), mas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

*Tabela 6. Estrutura societária da EAB Energias*

Sócio	Participação no capital social
Werthman Vilela	63%
Romero Goulart da Costa Melo	17%
Waldeir Gomes Oliveira	10%
Walter Gomes de Oliveira Junior	10%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

*Fonte: EAB Energias.*

No contrato de constituição da empresa fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

- **Controvérsias**

Em relação à pesquisa de controvérsias que tenham gerado repercussão negativa na mídia ou mesmo internamente na empresa, não foram identificados casos associados às dimensões social, ambiental ou de governança.

Pela insuficiência de evidências, informações e material para ser avaliado, não podemos concluir que a EAB Energias possui práticas ASG implementadas e formalizadas para suas atividades que permitam demonstrar capacidade da empresa de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de seus projetos e sustentar as condicionantes que lhe permitem receber recursos de um Título Verde.

<sup>18</sup> Disponível em: [Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

# Green Bond Principles Form

## Green Bond / Green Bond Program

### External Review Form

#### Section 1. Basic Information

**Issuer name:** Virgo Companhia de Securitização, backed by real estate receivables from Potenza Energias Ltda., subsidiary of EAB Energias e Empreendimentos Ltda. (“EAB Energias”).

**Review provider’s name:** SITAWI

**Completion date of this form:** June 02, 2022

**Publication date of review publication:** June 2024 (estimated)

#### Section 2. Review overview

##### SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds        | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting                                    |

##### ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- |   |  |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification                               | <input type="checkbox"/> Rating        |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify):                    |  |

##### EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, the issuance is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to the market as a Green Bond. The proceeds will finance the implementation of 11 distributed generation solar power plants, three of which began operating in the first quarter of 2022. The other eight plants will begin operating between October 2022 and September 2023. The proceeds of the issuance will be directed to finance capital expenditures totaling R\$ 100 million. 20.2% of the net proceeds will be allocated to reimbursement and 79.8% to future expenses, expected to occur within 18 months after the issuance. The portion of proceeds not immediately allocated to the project will be held in low-risk high liquidity fixed income instruments.

The use of proceeds is aligned with the main sustainability frameworks, and the projects are in line with company’s strategy. EAB Energias is committed to report the allocation of proceeds and the projects’ environmental benefits in its website until maturity term, as well as making this SPO report public.

### Section 3. Detailed review

#### 1. USE OF PROCEEDS

**Overall comment on section:** The issuance is eligible to be labelled as a Green Bond under the Renewable Energy category. The proceeds will finance 11 photovoltaic solar power plants. The issuance totals R\$ 100 million and 20.2% of the proceeds will be allocated to reimbursement (in a period up to 12 months prior to issuance) and 79.8% to future expenses (expected to occur within 18 months after the issuance). The issuance represents 97% of the projects' CAPEX, which is therefore less than the total costs of the eligible projects. The financed projects meet the eligibility requirements in the Climate Bonds Taxonomy and are aligned with the Green Bond Principles.

#### Use of proceeds categories as per GBP:

- |  |   |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy   | <input type="checkbox"/> Energy efficiency                                  |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control  | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation   | <input type="checkbox"/> Clean transportation                               |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management  | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation                          |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes   | <input type="checkbox"/> Other ( <i>please specify</i> ):                   |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs |   |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

#### 2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

**Overall comment on section (if applicable):** The eligible projects are in line with EAB Energias' strategy and their client selection process includes technical and engineering studies, environmental licensing and connection approval to local energy distributor. The avoided emissions from the 11 photovoltaic plants are estimated to be 5,426 tonCO<sub>2</sub>eq per year, the installed capacity is estimated at 19.9 MW and the energy generation is estimated at 42,930 MWh/year. The asset meets the CBI sectorial criteria, since the project falls into the category of onshore solar electricity generation facilities.

#### Evaluation and selection

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available                  | <input type="checkbox"/> Other ( <i>please specify</i> ):  |

### Information on Responsibilities and Accountability

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other ( <i>please specify</i> ):   |   |

### 3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

**Overall comment on section (if applicable):** The issuance amounts to R\$ 100 million and has a maturity term of 10 years. The proceeds will be allocated in the issuer's separated account for eligible projects and later will be directed to the four Special Purpose Entities (SPE), all controlled by EAB Energias. Part of the funds can be used for temporarily allocation in highly liquid fixed income instruments such Bank Deposit Certificates (CDB). Thus, their temporary allocation presents a low risk of contamination of the funds by carbon-intensive activities. The total net issuance represents 80% of the total costs of the eligible projects. The projects have not been nominated to other green or climate issuances.

#### Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

#### Additional disclosure:

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Allocations to future investments only                  | <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements       | <input type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements                     |
| <input type="checkbox"/> Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds | <input type="checkbox"/> Other ( <i>please specify</i> ):                               |

### 4. REPORTING

**Overall comment on section (if applicable):** EAB Energias is committed to report annually the allocation of proceeds and environmental benefits of the projects until the Bond's maturity. All the issuance information will be published in company's website. The commitments described will be subject to an external evaluation within 24 months. EAB Energias is committed to publish this Second Party Opinion report.

#### Use of proceeds reporting:

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other ( <i>please specify</i> ):        |

#### Information reported:

- |   |  |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocated amounts | <input type="checkbox"/> GB financed share of total investment |
|---|--|

Other (*please specify*): temporarily non-allocated proceeds

**Frequency:**

- Annual  Semi-annual  
 Other (*please specify*):

**Impact reporting:**

- Project-by-project  On a project portfolio basis  
 Linkage to individual bond(s)  Other (*please specify*):

**Frequency:**

- Annual  Semi-annual  
 Other (*please specify*):

**Information reported (expected or ex-post):**

- GHG Emissions / Savings  Energy Savings  
 Other ESG indicators (*please specify*): Total installed capacity (MW); Volume of energy generated (MWh/year)

**Means of Disclosure**

- Information published in financial report  Information published in sustainability report  
 Information published in ad hoc documents  Other (*please specify*): company's website and annual report.  
 Reporting reviewed (*if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review*):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

**USEFUL LINKS** (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<http://www.eabenergias.com.br/>

**SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE**

**Type(s) of Review provided:**

- Consultancy (incl. 2<sup>nd</sup> opinion)  Certification  
 Verification / Audit  Rating  
 Other (*please specify*):

**Review provider(s):**

**Date of publication:**

## **ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP**

- (i) **Consultant Review:** An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) **Verification:** An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) **Certification:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) **Rating:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / program.

## Anexo I - Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em *standards* reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

- 1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles* (GBP):
  - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
  - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
  - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título Verde;
  - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.
  
- 2) Performance socioambiental do projeto – avaliamos o projeto com base no cumprimento da legislação social e ambiental local e as melhores práticas contidas nas Normas de Desempenho da IFC (IFC-PS) e outras normas de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
  - Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação de riscos ambientais do projeto;
  - Contribuição do projeto ao desenvolvimento sustentável;
  - Controvérsia na qual o projeto está envolvido.

Essa análise é composta por 4 dimensões e 12 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para o projeto.

Dimensão	Tema
<b>Gestão socioambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1)</li> <li>• Transparência e governo corporativo (IFC-PS nº1)</li> </ul>
<b>Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas protegidas (IFC-PS nº6)</li> <li>• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6)</li> <li>• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3)</li> <li>• Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)</li> </ul>
<b>Comunidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impacto nas comunidades cercanas (IFC-PS nº4)</li> <li>• Impacto nas comunidades tradicionais (IFC-PS nº7)</li> </ul>
<b>Trabalhadores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições de trabalho de empregados diretos e subcontratados (IFC-PS nº2)</li> <li>• Ação de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)</li> </ul>

- 3) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa de acordo melhores práticas de sustentabilidade por meio de *standards* reconhecidos internacionalmente, como GRI<sup>19</sup> e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
  - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
  - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;

<sup>19</sup> <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

- Controvérsia na qual a empresa está envolvida.

Essa análise é composta por 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:






Dimensão	Tema
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso de Recursos</li> <li>• Ecossistemas</li> <li>• Gestão de Resíduos</li> <li>• Mudanças Climáticas</li> </ul>
Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidades</li> <li>• Clientes</li> <li>• Cadeia de Suprimento</li> <li>• Recursos Humanos</li> </ul>
Governança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transparência</li> <li>• Integridade e Governança Corporativa</li> </ul>

## Legendas

### Nível de asseguração

<b>Razoável</b>	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
<b>Limitado</b>	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

### Nível de performance do projeto

<b>Superior</b> 	O projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.
<b>Confortável</b> 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: <i>IFC Performance Standards</i> e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.
<b>Satisfatório</b> 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
<b>Insuficiente</b> 	O projeto não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
<b>Crítico</b> 	O projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

## Controvérsias

### Nível de severidade

<b>Pouco significativo</b>	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
<b>Significativo</b>	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo.
<b>Muito significativo</b>	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
<b>Crítico</b>	Descumpra a lei e afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.

**Nível de Responsividade**

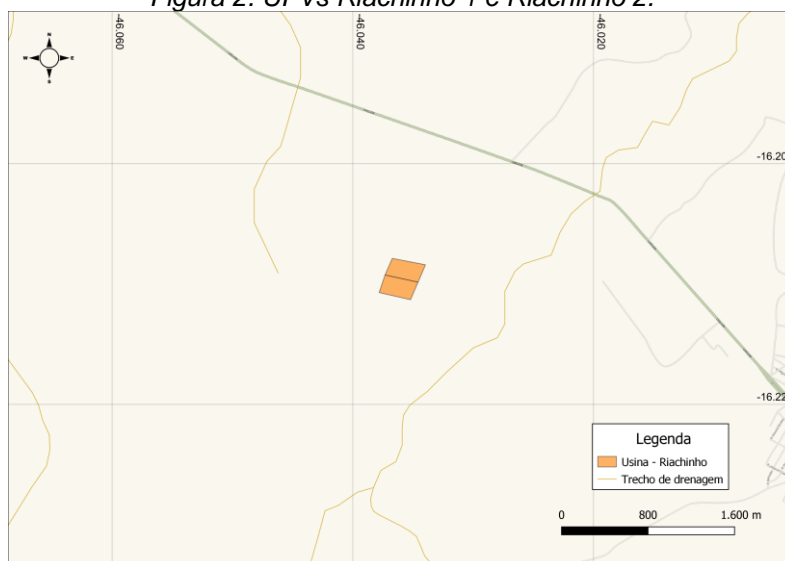
<b>Proativa</b>	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
<b>Remediativa</b>	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
<b>Defensiva</b>	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
<b>Não-responsiva</b>	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

## Anexo II – Análise de sensibilidade socioambiental dos projetos

A análise de sensibilidade socioambiental dos projetos consistiu no geoprocessamento dos dados das áreas de localização das 11 usinas solares fotovoltaicas (UFVs) da EAB Energias.

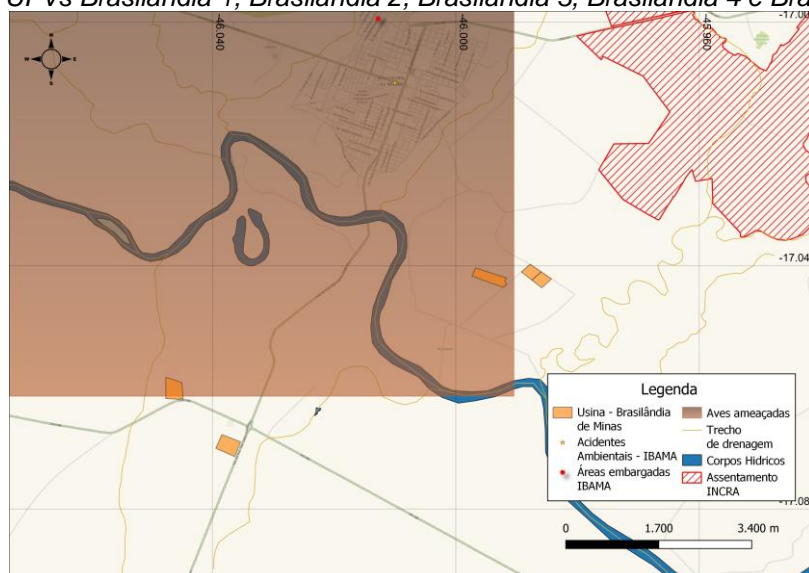
Como mostrado nas Figuras 2, 3, 4 e 5, em nenhum dos imóveis onde as usinas solares estão localizadas foram identificadas áreas de sensibilidade socioambiental.

Figura 2. UFVs Riachinho 1 e Riachinho 2.



Fonte: EAB Energias. Elaboração SITAWI.

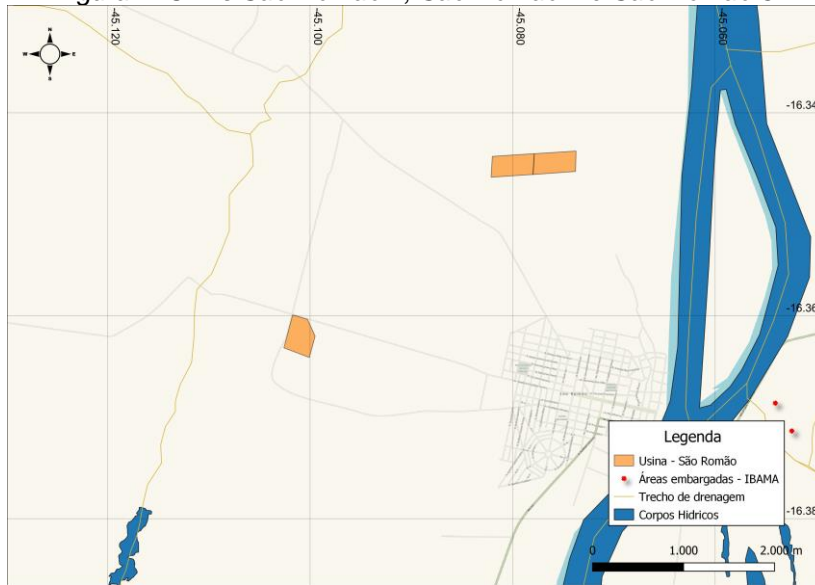
Figura 3. UFVs Brasilândia 1, Brasilândia 2, Brasilândia 3, Brasilândia 4 e Brasilândia 5.



Fonte: EAB Energias. Elaboração SITAWI.

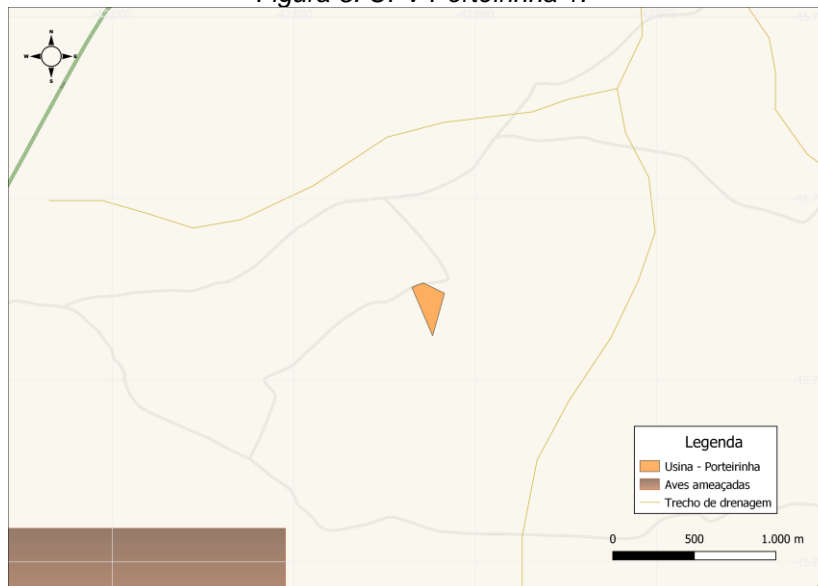
Como se observa na Figura 3, duas usinas solares de Brasilândia de Minas estão dentro de uma área de aves ameaçadas, mas pela natureza dos projetos, estes não têm impacto relevante nesta área.

Figura 4. UFVs São Romão 1, São Romão 2 e São Romão 3.



Fonte: EAB Energias. Elaboração SITAWI.

Figura 5. UFV Porteirinha 1.



Fonte: EAB Energias. Elaboração SITAWI.